



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi

513
M

SEÇÃO CRIMINAL

REVISÃO CRIMINAL

PROCESSO Nº 0002767-75.2014.8.17.0000(0330626-9)

REQUERENTE: JÂNIA DE ALMEIDA SANTANA

REQUERIDO: JUSTIÇA PÚBLICA

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. REVISÃO CRIMINAL. SENTENÇA CONDENATÓRIA CONTRÁRIA AO TEXTO EXPRESSO DA LEI PENAL (ART. 621, INCISO I, DO CPP). INOCORRÊNCIA. REDISCUSSÃO DE MATÉRIA DECIDIDA EM SENTENÇA CONDENATÓRIA E CONFIRMADA POR ACÓRDÃO TRANSITADO EM JULGADO. VIA REVISIONAL INADEQUADA. PEDIDO QUE NÃO SE ENQUADRA NAS HIPÓTESES DO ART. 621, DO CPP. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA TRANSITADA EM JULGADO- À UNANIMIDADE DE VOTOS, INDEFERIU-SE O PEDIDO REVISIONAL.

1. Não deve prosperar a tese da defesa de que a sentença condenatória foi manifestamente contrária ao art. 155 do CPP, uma vez que a decisão proferida por este egrégio Tribunal de Justiça que manteve a condenação da requerente não se baseou apenas nas provas do inquérito policial, mas também as colhidas na persecução penal judicial.

2. Além do mais, tal questão já foi exaustivamente debatida tanto pela sentença de primeiro grau quanto em recurso em segundo grau, desnaturando a revisão como se

fora uma nova apelação criminal. Não se enquadrando a revisão criminal nas hipóteses do art. 621 do CPP.

ACÓRDÃO

534
w

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Revisão Criminal nº 330626-9, em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Seção Criminal deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em indeferir o pedido revisional.

Recife, 29 de maio de 2014.

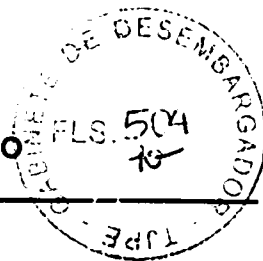


Des. Marco Antônio Cabral Maggi

Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi



SEÇÃO CRIMINAL

PROCESSO Nº 0002767-75.2014.8.17.0000(0330626-9)

REVISÃO CRIMINAL

REQUERENTE: JÂNIA DE ALMEIDA SANTANA

REQUERIDO: JUSTIÇA PÚBLICA

RELATOR: DES. MARCO CABRAL MAGGI

RELATÓRIO

Trata-se de Revisão Criminal proposta por Jânia de Almeida Santana, com fundamento no art. 621, inciso I, do Código de Processo Penal, contra o acórdão proferido por este egrégio Tribunal de Justiça, que manteve a pena definitiva da recorrente em 15 (quinze) anos de reclusão, a ser cumprida em regime fechado, pela prática do delito tipificado no art. 121, §2º, incisos I e IV, c/c art. 29 do CPB.

Depreende-se da peça inicial que, no dia 26 de agosto de 2000, por volta das 18h30min, na 2ª Travessa Clotilde de Oliveira, em um Beco existente ao lado da residência de nº 17, por detrás do Hospital Getúlio Vargas, no bairro do cordeiro, nesta Capital, foi encontrado o corpo de Josemir Tavares Aquino, mais conhecido por "Mi", o qual apresentava as lesões corporais descritas nas perícias tanatoscópicas de fls. 16.

Relata ainda que, iniciadas as investigações policiais à elucidação do caso, foi constatado que o motivo do crime era uma dívida existente entre a vítima e o denunciado Alberto, em face deste, duas semanas antes do crime, ter comprado pelo valor de R\$ 20,00(vinte) reais, uma bermuda daquela e não ter pago o valor em questão.

Como forma de quitar a dívida, o denunciado Alberto entregou à vítima uma bicicleta para venda, o que foi feito.

Inclui-se ainda que posteriormente a vítima Josemir descobriu que a referida bicicleta era de propriedade da testemunha Jadson Francisco dos Anjos, a quem o denunciado Alberto havia pedido a mesma emprestado, em razão do que ambos foram detidos na Depol do Cordeiro para Averiguações, tendo aquela autoridade policial devolvido o bem ao verdadeiro dono.



No dia seguinte a sua detenção o denunciado Alberto esteve na residência dos familiares da vítima, ocasião em que, alegando que seu cunhado Beto (o denunciado Wagner), fazia parte de uma gangue da pesada, ameaçou a mesma de morte.

No dia do crime, pela manhã, a vítima novamente procurava o denunciado Alberto para cobrar a dívida em questão, oportunidade em que este teria se comprometido a quitar a mesma, à noite.

Em decorrência do fato acima exposto o denunciado Alberto continuou devedor da vítima, situação esta que levou o acirramento dos ânimos, tendo os mesmos ido às vias de fato.

Consta dos autos que naquele mesmo dia, por conta do pré-falado débito, a vítima teria tentado invadir a residência da denunciada Jânia, a qual é, respectivamente, irmã e amante dos denunciados Alberto e Vagner.

Naquela ocasião os denunciados Alberto e Jânia incentivavam Vagner a matar a vítima.

Os acusados Vagner Roberto Kill, Alberto de Almeida Chaves e Jânia de Almeida Santana foram denunciados às penas do art. 121, § 2º, incisos I e IV, c/c o art. 29, todos do Código Penal.

Recebida à denúncia, e, após a natural tramitação processual, a requerente foi pronunciada e condenada pelo Conselho de Sentença da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Recife, pela prática do art. 121, § 2º, incisos I e IV, do CPB.

A requerente inconformada com a sentença condenatória interpôs recurso de apelação criminal, sob o fundamento de que o veredicto contrariou a prova dos autos. Ainda em suas razões, requereu, subsidiariamente, a reforma da dosimetria da pena por entender que a reprimenda foi injusta.

A Segunda Câmara Criminal, por unanimidade de votos, negou provimento ao recurso, tendo em vista que a decisão dos jurados encontra-se amparada no conjunto probatório.

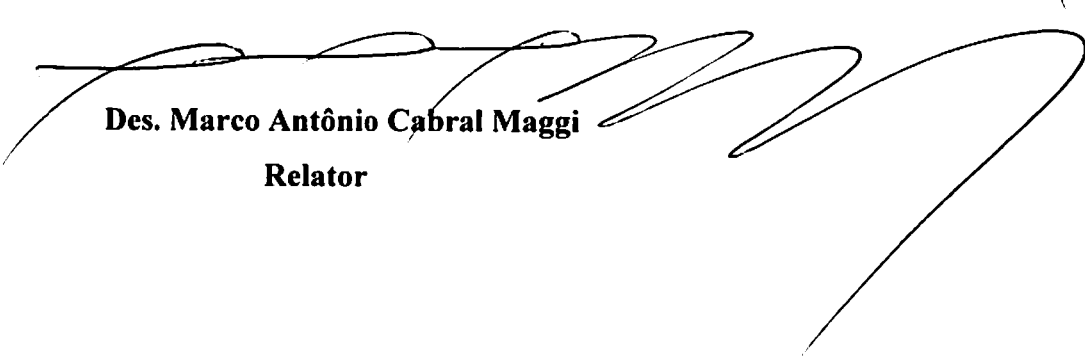
Insatisfeita a requerente interpôs a presente Revisão Criminal ⁵⁰⁶ e fundamentou o seu pleito no art. 621, inciso I, do CPP, pois entende que a sentença condenatória foi contrária ao texto expresso da lei penal.

A Procuradoria de Justiça, em seu parecer, opinou pelo indeferimento do pleito por inexistir subsunção dos fatos ao disposto no art. 621, inciso I, do Código Penal.

É O RELATÓRIO.

À Douta Revisão.

Recife, 02 de maio de 2014.


Des. Marco Antônio Cabral Maggi
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi

SEÇÃO CRIMINAL

PROCESSO Nº 0002767-75.2014.8.17.0000(0330626-9)

REVISÃO CRIMINAL

REQUERENTE: JÂNIA DE ALMEIDA SANTANA

REQUERIDO: JUSTIÇA PÚBLICA

RELATOR: DES. MARCO CABRAL MAGGI

515

VOTO

Sr. Des. Presidente,
Srs. Desembargadores,
Sr.(a) Procurador(a).

Como relatado, trata-se de Revisão Criminal proposta por Jânia de Almeida Santana, com fundamento no art. 621, inciso I, do Código de Processo Penal, contra o acórdão proferido por este egrégio Tribunal de Justiça, que manteve a pena definitiva da recorrente em 15 (quinze) anos de reclusão, a ser cumprida em regime fechado, pela prática do delito tipificado no art. 121, §2º, incisos I e IV, c/c art. 29 do CPB.

Insatisfeita a requerente fundamentou o seu pleito no art. 621, inciso I, do CPP, pois entende que a sentença condenatória foi contrária ao texto expresso da lei penal.

Inicialmente, verifica-se que se faz presente o pressuposto principal da Revisão, qual seja, a certidão do trânsito em julgado da decisão condenatória (fls. 560), ora revisada.

Assim, entendo preenchidos os requisitos do art. 625, § 1.º, do CPP, razão pela qual conheço a presente revisão criminal.

Feitas tais colocações, passo ao exame do mérito.

A ação de revisão criminal é medida de exceção, cabível apenas nas hipóteses previstas no art. 621 do CPP:

Art. 621. A revisão dos processos findos será admitida:

- I - quando a sentença condenatória for contrária ao texto expresso da lei penal ou à evidência dos autos;
 - II - quando a sentença condenatória se fundar em depoimentos, exames ou documentos comprovadamente falsos;
 - III - quando, após a sentença, se descobrirem novas provas de inocência do condenado ou de circunstância que determine ou autorize diminuição especial da pena.
- 516

A requerente fundamentou o seu pleito no art. 621, inciso I, do CPP, pois entende que a decisão proferida pela 2ª Câmara Criminal foi oposta ao texto expresso da lei penal, ou seja, contrariou o art. 155 do Código de Processo Penal.

Art. 155. O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, **não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação**, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.

De logo, verifica-se que não assiste razão a defesa. Isso porque, a decisão proferida por este egrégio Tribunal que manteve a condenação da requerente não se baseou apenas nas provas do inquérito policial, mas também as colhidas na persecução penal judicial. Não podendo assim prosperar a alegação de que a decisão contrariou o art. 155 do CPP.

O que restou evidenciado é que a requerente, através da presente Revisão Criminal, tenta rediscutir sobre matéria já exaustivamente analisada pelo Juízo *a quo* e por este Tribunal de Justiça, sem trazer nada de novo aos autos, para esclarecer a questão. Não existem, portanto, novas provas que demonstrem a inocência da requerente.

No que se refere à descoberta de novas provas, é cabível a revisão criminal, quando for para análise de matéria nova, não só as subseqüentes à sentença, mas também aquelas preexistentes não cogitadas nas decisões revisandas. É imprescindível que sejam as provas apontadas pela primeira vez à aferição judicial ou examinadas pelo órgão julgador, o que não ocorre no presente caso.

Ou seja, a requerente pretende apenas agora, após o trânsito em julgado da sentença condenatória, manifestar a insatisfação da decisão proferida. E, para isto, a Revisão criminal não é instrumento adequado.

517
u

Portanto, não é passível de revisão criminal a sentença condenatória quando a requerente não traz fatos novos, mas apenas os mesmos fatos repetidos.

Nesse sentido podemos citar o entendimento do professor Drº Júlio Fabbrini Mirabete, "a revisão não é uma segunda apelação, não se prestando à mera reapreciação da prova já examinada pelo Juízo de primeiro grau e, eventualmente, de segundo, exigindo que o requerente apresente com o pedido elementos probatórios que desfaçam o fundamento da condenação, como por exemplo a retratação da vítima. Devem elas ser positivas, demonstrar a evidência do que por elas se pretende provar. Há na revisão, em verdade, uma inversão do ônus da prova, e os elementos probatórios devem ter poder conclusivo e demonstrar cabalmente a inocência do condenado ou a circunstância que o favoreça, não bastando aquelas que apenas debilitem a prova dos autos ou causam dúvidas no espírito dos julgadores" (in Código de Processo Penal Interpretado. 13ª.ed. São Paulo: Atlas, 2005, pág. 679).

Desta forma, pode-se afirmar que o argumento exposto pela defesa na presente revisão não se encontra respaldo no art. 621, do Código de Processo Penal.

Posto isso, meu voto é no sentido de **indeferir o pedido de revisão criminal**, mantendo-se a sentença condenatória em todos os seus termos.

É COMO VOTO.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins

Revisão Criminal n.º 0330626-9 – 2ª Câmara Criminal do TJPE

Requerente : Jânia de Almeida Santana
Requerido: Justiça Pública
Relator: Des. Marco Cabral Maggi

Revisor: Des. Roberto Ferreira Lins
Revisor
Convocado: Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto
Procurador: Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti
Órgão Julgador: Seção Criminal

VOTO DE REVISÃO

Senhores Desembargadores,
Senhor Procurador de Justiça:

Cuida-se de Revisão Criminal manejada por Jânia de Almeida Santana contra o acórdão proferido pela 2ª Câmara Criminal deste Egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco, n.º 0306084-6 (fl. 522), que manteve a pena definitiva da requerente em 15 (quinze) anos de reclusão, a ser cumprida em regime fechado, pela prática dos delitos tipificados nos artigos 121, §2º, incisos I e IV, c/c artigo 29, ambos do Código Penal.

De início, verifica-se que se encontram preenchidas as condições de admissibilidade previstas em lei, tendo em vista a certidão de trânsito em julgado do acórdão (fl. 560) e o cabimento, em tese, dos fatos e fundamentos jurídicos apresentados pela requerente, a qual pretende que seja rescindido o supracitado acórdão, pois entende que a sentença condenatória foi contrária ao texto expresso na lei penal, tendo em vista o descumprimento dos artigos 155 e 386, incisos IV, V e VII, do Código de Processo Penal.

Ao final, pugna pela absolvição ou anulação da sentença condenatória e pela expedição de alvará de soltura.

É curial que a revisão criminal objetiva corrigir erros de fato ou de direito existentes na sentença ou no acórdão com trânsito em julgado, sem, contudo, ensejar nova apreciação da prova ou de outras evidências já existentes nos autos por ocasião do julgamento.

Neste caso, o pedido, tal como posto, constitui novo recurso contra a sentença do Juízo *a quo*, que já foi objeto de apelação n.º 0306084-6 (fl. 522), não existindo, portanto, qualquer alegação que justifique o pedido revisional.

No mesmo sentido, trago à baila ementa deste Egrégio Tribunal de Justiça:



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins

Revisão Criminal n.º 0330626-9 – 2ª Câmara Criminal do TJPE

PENAL E PROCESSUAL PENAL. REVISÃO CRIMINAL. CONDENAÇÃO PELO CRIME TIPIFICADO NO ARTIGO 157. ALEGAÇÕES DE SENTENÇA CONDENATÓRIA CONTRÁRIA À EVIDÊNCIA DOS AUTOS E DE DESCOBERTA DE NOVAS PROVAS DE INOCÊNCIA. TESE NEGATIVA DE AUTORIA. MATÉRIA JÁ AMPLAMENTE DEBATIDA EM 1º E 2º GRAUS DE JURISDIÇÃO. PRETENSÃO DE REEXAME DAS MESMAS PROVAS JÁ EXAMINADAS. INADMISSIBILIDADE. INDEFERIMENTO DO PEDIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. Considerando que a tese negativa de autoria ora suscitada pelo requerente já foi amplamente debatida em 1º e 2º graus, tendo sido apreciadas as mesmas provas ora apresentadas, mostra-se incabível o reexame pretendido, sob pena de desnaturação da revisão criminal, que não deve ser utilizada como uma segunda apelação. Ademais, em sede de revisão criminal, somente se deve qualificar uma decisão como contrária à evidência dos autos quando esta for evidentemente divorciada do conjunto probatório, o que não ocorre no presente caso, em que as vítimas apontaram o apenado como um dos autores do roubo descrito na denúncia. (Processo: RVC 1541286/PE - 0020176-69.2011.8.17.0000; Relator: Gustavo Augusto Rodrigues de Lima; julgado em 06/12/2012; Seção Criminal)

Ante o exposto, voto no sentido de indeferir a Revisão Criminal, mantendo a condenação da requerente em todos os seus termos.

É como voto.


Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto
Revisor Convocado